



O ACESSO DOS NEGROS NO ENSINO¹

CORRÊA, Julia Batista²; SARTORI, Andrieli Oliveira³; KAZMIRCZUK, Bruna Laís da Veiga⁴; ROESLER, Gabriele Maidana⁵; SOUZA, Laura Zimmermann de⁶; SEGALA, Luiza Victória Marques⁷; CEZIMBRA, Tamires Medina⁸; PIAS, Fagner Cuozzo⁹

RESUMO Trata-se de uma pesquisa acerca do acesso dos negros no ensino. A relevância de tal estudo é pautada na evasão escolar dos jovens negros e sua dificuldade de acesso ao ambiente acadêmico. As pesquisas foram realizadas em torno do tema da questão racial enquanto causadora destas problemáticas. Nesse sentido, foi possível abrir discussões quanto à importância de implementar práticas que auxiliem na inclusão dos negros tanto no ensino básico, como no ensino superior.

Palavras-Chave: Educação. Ensino Básico. Ensino Superior. Racismo.

ABSTRACT This is a research about the access of blacks in education. The relevance of such study is based on the school dropout of black youth and their difficulty in accessing the academic environment. The researches were carried out around the theme of the racial question as cause of these problems. In this sense, it was possible to open discussions about the importance of implementing practices that help in the inclusion of blacks in both basic and tertiary education.

Keywords: Education. Basic education. Higher education. Racismo.

¹ Trabalho desenvolvido através do projeto PIBIC/UNICRUZ intitulado “As alterações trazidas pela lei 10.639/03, a qual instituiu novas diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”. Que conta com o fomento da Universidade de Cruz Alta-RS.

² Acadêmica Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Bolsista Voluntária do projeto PIBIC/UNICRUZ. E-mail: juliabwcc@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Bolsista do projeto PIBIC/UNICRUZ. Email: andrielisartori@gmail.com

⁴ Acadêmica Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Bolsista Voluntária do projeto PIBIC/UNICRUZ. E-mail: bruna.lkazmirczuk@hotmail.com.

⁵ Acadêmica Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Bolsista Voluntária do projeto PIBIC/UNICRUZ. Bolsista voluntária do projeto PIBI/UNICRUZ. E-mail: gaberoesler@gmail.com

⁶ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Bolsista Voluntária do projeto PIBIC/UNICRUZ. E-mail: laura.zimmermann2@gmail.com.

⁷ Acadêmica Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Bolsista Voluntária do projeto PIBIC/UNICRUZ. E-mail: luuu_victoria@hotmail.com

⁸ Acadêmica Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Bolsista Voluntária do projeto PIBIC/UNICRUZ. Email: tamirescezibramedia@gmail.com

⁹ Docente do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta – Unicruz. Pesquisador responsável pelo projeto PIBIC/UNICRUZ. Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). E-mail: fpias@unicruz.edu.br



INTRODUÇÃO

A questão racial no Brasil, atinge hoje, praticamente, um patamar da igualdade no campo jurídico. Com o Estatuto da desigualdade racial, o art. 3º da Constituição Federal e diversas outras leis voltadas para o tema, entre elas a lei 10.639, têm-se no Brasil, todo um aparato teórico-jurídico para o combate ao racismo e o ideal de garantia da equidade social. No entanto, o racismo, enquanto questão social, ainda é extremamente palpável.

Na linguagem, nos modos, nos costumes, nas expressões culturais, nas relações entre indivíduos, na mídia, no cinema, na música, o racismo se apresenta de maneira tangível no cotidiano brasileiro. Porém, mesmo com essa tangibilidade, pode-se dizer que o racismo no Brasil se trata, predominantemente, de um preconceito “velado”.

A partir dessa perspectiva, pretende-se investigar a importância da discussão de práticas que auxiliem na contenção da evasão escolar e no aumento do desempenho do estudante negro, bem como do acesso ao ensino superior dos jovens negros.

Dessa forma, o trabalho foca-se inicialmente em tecer considerações acerca do tema da permanência e conclusão do Ensino básico pelo jovens negros, buscando identificar a influência da questão racial na evasão e baixo desempenho escolar, bem como o crescimento em relação ao acesso dos negros no Ensino superior.

METODOLOGIA OU MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi elaborada a partir de pesquisas bibliográficas, em fontes literárias e sites online. Nela será apresentada, de maneira informativa e contextualizada, a temática proposta a partir do acesso dos negros no ensino básico e no ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme Norões (2012, p. 94), a década de 90 pode ser observada como o “marco do início de novas organizações sociais e novas formas de inserção e atuação da sociedade



civil no contexto político brasileiro”. Naquela época, grande parte dos países Latino-americanos havia passado por regimes totalitários, estando em processo de redemocratização.

Nesse contexto, surgiram novos movimentos sociais, cujas temáticas possuíam interesses como etnias, gênero, faixa etária etc. Dentre estes, encontrava-se o movimento social dos negros, que denunciavam a discriminação racial e das desigualdades e pressionando o governo para que procedesse ao atendimento de suas reivindicações. Tal quadro, culminou, após de cerca de 7 anos de tramitação, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, sendo que, conforme Norões (2012 p. 95), houve supressão e descaracterização de grande parte das propostas.

Atualmente pode-se dizer que a educação tem se mostrado um importante fator de explicação do alcance ocupacional dos cidadãos brasileiros, que tem relação direta com a mobilidade social dos indivíduos, razão pela qual a dificuldade do acesso ou permanência do negro no âmbito escolar e acadêmico é fator relacionado ao aumento e permanência das desigualdades sociais. Henriques (2001, p. 26) acredita que boa parte da desigualdade racial no mercado de trabalho pode ter como explicação a heterogeneidade da escola brasileira.

Os autores Valverde e Stocco (2011, p. 152), destacam que “a universalização do acesso à educação fundamental promovida na década de 1990 foi indubitavelmente benéfica à população negra”, sendo que em 2002 a PNAD começou a coleta do quesito cor/raça nas pesquisas, quando a taxa de escolaridade entre negros e brancos teve uma diferença abaixo de dois anos, 1,9. Quando comparados aos brancos, os negros também se encontram em posição de desvantagem em relação ao ingresso, permanência e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio.

Cavalleiro (2005), dedicou seu estudo à educação infantil, afirmando ter identificado ausência de negros nos cartazes, informativos e fotografias expostas no ambiente escolar, bem como a omissão dos professores diante de situações discriminatórias, e ainda, o tratamento mais afetivo por parte dos professores em relação aos infantes brancos.

Ainda, conforme Valverde e Stocco (2009 s/p.), existe a presença da população negra nos livros didáticos associada, não raras vezes, exclusivamente à escravidão.

Assim, pode-se sustentar, ainda conforme Valverde e Stocco (2011, p. 153), que a universalização do acesso ao ensino, em que pese tenha sido de grande valia à população negra, não é, por si só, suficiente para que haja uma efetiva superação das desigualdades



raciais no âmbito educacional. Nasce então uma necessidade de compreensão dos processos sociais que são responsáveis pela produção destas desigualdades, sendo mister a consideração do ambiente escolar em si, uma vez que as vivências dos negros na escola parecem também influenciar na permanência, desempenho e conclusão dos estudos, em que pese haja uma certa tendência, conforme Valverde e Stocco (2009) de se atribuir o fracasso escolar dos negros exclusivamente à condição socioeconômica, necessidade precoce de inserção no mercado de trabalho ou desestruturação familiar, ignorando a existência do racismo no âmbito escolar.

Nesse sentido:

A ideia é não falar em raças ou situações de racismo para não contrariar a fantasiosa harmonia étnico-racial que se propõe a ocultar as desigualdades naturalizando-as sempre desfavoravelmente aos negros. Dessa forma, aprendemos nos discursos oficiais que somos todos iguais, mas no dia a dia as relações não apresentam essa harmonia discursiva. "As pessoas dizem que não são racistas, mas são" (entrevista Márcia, 19.12.2006). Os negros percebem que o tratamento não é igual para todos e as situações de racismo, discriminação e preconceito são vivenciadas e assimiladas de diferentes formas. O silêncio, em relação ao tema, dificulta aos professores uma discussão embasada e transparente. [...] as intervenções dos professores, e também de muitas famílias, geralmente são no sentido de não "aumentar o problema", não "criar caso" ou aguardar justiça divina, mesmo que reconheçam certas discriminações. Não significa que essa reação contemplativa, ou esquivada, satisfaça a escola, mas faltam parâmetros para outro tipo de reação. O silêncio diante de certas situações, a aceitação de apelidos e brincadeiras e a ocultação desses desconfortos são parte de um "aprendizado" constante dos negros na escola (SANTOS; NETO, 2011).

Nessa perspectiva, afirmam Valverde e Stocco (2009) que as questões raciais sempre foram tratadas de forma determinista pela escola, sendo desestimulado o debate, à medida que o aluno negro aprende a conviver com tais situações.

Os estudantes afrodescendentes não se vislumbram nos ícones e elementos de identificação na instituição escolar. Não se sentem dignamente contemplados nos "fatos históricos, heróis, no ensino da religião ou das línguas. Não estuda sua origem, costumes e a sua importância na formação do país" (VALVERDE E STOCCO, 2009). A escola, de maneira geral, acaba por reforçar a imagem de trabalhador exclusivamente braçal e de inteligência diminuída, uma vez que os negros ganham visibilidade apenas no estudo da escravidão, como povo secundário.

Aliado a tal situação, existe a problemática aliada aos padrões de beleza e fealdade que se consolidaram a partir da comparação dos sinais do corpo branco com os do negro, sendo que as características fenotípicas associadas a este último são consideradas motivo de



constrangimento. Afirmam Valverde e Stocco (2009) que entre os estudantes, os apelidos são utilizados como forma de menosprezo a alguns colegas e a afirmação dos outros, principalmente relacionados com o tipo de cabelo.

Conforme Teixeira, Santos e Azevedo (2017, p. 404), “o Movimento Negro denuncia o quanto é difícil para os negros terem o seu comportamento, suas ideias e intenções julgados negativamente só pela sua aparência física”.

Assim, seu pertencimento étnico-racial acaba, conforme Valverde e Stocco (2009), proporcionando uma série de situações de constrangimento, discriminação, isolamento que tem influência direta na sua permanência e desempenho escolar.

Nesse sentido, a discriminação racial configura-se como uma das principais barreiras enfrentadas pelos jovens brasileiros para garantia do seu direito à educação. A maioria dos excluídos da comunidade escolar é negra e parda, sendo que a discriminação não se manifesta exclusivamente na dificuldade de acesso, mas também na continuidade da vida escolar.

A inserção dos negros no ensino superior por outro lado, é uma realidade recente, e está intimamente ligada ao maior acesso deste grupo na educação básica nos últimos anos.

A literatura tem indicado que as desigualdades no acesso, na progressão e na conclusão para as diferentes etapas da educação básica e do ensino superior são demarcadas também pela cor/raça dos estudantes: indicadores educacionais encontrados para negros estão muito aquém dos observados para brancos (AMELIA e RICOLI, 2015).

Conforme retrata Valverde e Stocco (2009), nos últimos anos, paralelamente à expansão de vagas no ensino superior e à implementação de ações afirmativas de acesso em algumas universidades, houve uma redução na desigualdade de acesso de brancos e negros à universidade. Enquanto a presença de estudantes negros de 18 a 24 anos no ensino superior cresceu em torno de 366%, o aumento de estudantes brancos foi de aproximadamente 158%. Isso fez com que a razão de representação de brancos e negros no ensino superior baixasse de aproximadamente 5 em 1993 para 3 em 2007.

O crescimento da presença da população negra no ensino superior, segundo Valverde e Stocco (2009), é marcado por uma novidade em relação aos dados dos outros indicadores educacionais, consistente na melhor situação dos homens diante das mulheres em um determinado grupo racial, no caso o negro. Diferente do que acontece no grupo branco, o



grupo negro apresenta as maiores taxas de crescimento do acesso ao ensino superior para os homens, tendo sua participação ampliada em 408% entre 1993 e 2007, enquanto que, no mesmo período, as mulheres negras tiveram um aumento de 338%.

Isso indica a existência de mecanismos sexistas na passagem do ensino médio para o ensino superior que acometem marcadamente as mulheres negras, uma vez que elas não conseguem manter sobre os jovens negros o mesmo padrão de vantagem alcançado nos outros indicadores do ensino básico. A manutenção dessa tendência de crescimento desigual no acesso ao ensino superior pode, no limite, provocar uma inversão na representação percentual de homens e mulheres negras nos próximos anos. Em relação à população negra, a ampliação de sua presença no ensino superior quando comparada com a da população branca no período considerado - e a consequente redução da desigualdade racial nesse segmento educacional - deve ser tomada com cautela. (Valverde; Stocco, 2009)

Deve-se analisar também as publicações do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais – Laeser –, organizadas por Marcelo Paixão:

A taxa bruta de escolaridade no ensino superior da população residente branca passou de 12,4% em 1988, para 35,8% em 2008, correspondendo a uma elevação de 23,4 pontos percentuais, ou um aumento proporcional de 189,2%. Já no caso da população preta ou parda, a taxa bruta de escolaridade no nível superior passou de 3,6%, em 1988 para 16,4%. Essa evolução corresponde a um aumento de 12,7 pontos percentuais, ou em termos proporcionais, de 350,4% em 2008. (PAIXÃO, 2010, p. 229).

O referido relatório, foi publicado em 2010, e apresenta dados obtidos das edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad – de 1988 a 2008. Nesse sentido, constata-se que, apesar de o acesso de pretos e pardos ao ensino superior ter triplicado entre 1995 e 2006, em 2006, na faixa de idade entre os 18 e os 24 anos, esses ainda representavam apenas 6% dos jovens que frequentavam o ensino superior. (PAIXÃO, 2010).

Com efeito, conforme retrata Valverde e Stocco (2009), existem ações afirmativas as quais buscam benefícios temporários concedidos a grupos sociais discriminados com o intuito de promover a igualdade de oportunidade em diferentes dimensões da vida social, em especial na educação e no trabalho.

Segundo Joaquim Barbosa Gomes (2005), além de garantir a igualdade de oportunidades, as ações afirmativas têm como objetivo induzir a sociedade a transformações



culturais que permitam que o preconceito racial seja desconstruído das mentes dos indivíduos e eliminado da estrutura das instituições.

Contudo, Valverde e Stocco (2009) afirmam que as ações afirmativas, por si só, não são suficientes para romper com as desigualdades raciais existentes no país. Devido à configuração da estrutura social brasileira, é necessário que essas políticas sejam implementadas em articulação com as políticas universais, especialmente no caso da educação. Ademais, em sociedades permeadas pelo racismo e por outras discriminações, é necessário haver uma articulação de políticas que visem não só à promoção da igualdade racial, mas também ao combate ao preconceito e à discriminação, inclusive por meio de um aparato repressivo-punitivo, conforme concordam Luciana Jaccoud e Mário Theodoro e Flávia Piovesan.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Conforme descrito, o racismo no Brasil, país da “diversidade” e da “democracia racial”, ocorre de forma velada. Uma das consequências do uso naturalizado de estereótipos racistas em uma sociedade pós-escravocrata como a brasileira, que ainda não aboliu integralmente uma série de valores e de formas de pensar moldadas no escravismo, é transformar corpos anormais em coisas risíveis e, potencialmente, desprezíveis. Neste contexto, ao mesmo tempo em que os estereótipos raciais são utilizados como forma de naturalizar a subalternidade de determinados corpos, o silenciamento incide na negação do debate sobre raça no Brasil e, em consequência, nas possibilidades de desnaturalização destes processos de subalternidade.

Assim, ao passo em que o racismo brasileiro produz estereótipos raciais, na forma de corpos anormais, ele silencia as denúncias do próprio racismo, bem como suas consequências devastadoras. Ao se silenciarem acerca das denúncias, as instituições escolares também se silenciam acerca do próprio racismo e, em consequência, silencia-se sobre os meios de combatê-lo. Afinal, como combater aquilo que não se reconhece a existência? Deste modo, ao permitir a produção e reprodução dos estereótipos raciais, e silenciar-se ante as denúncias, tomando-as como inexistentes, as instituições escolares invisibilizam as possibilidades destes



sujeitos, portadores de corpos vistos como anormais, de se converterem, ou se afirmarem em sujeitos diferentes daquilo que é enunciado pelos estereótipos a eles atribuídos.

Nesse sentido, ao se silenciarem acerca de discriminações raciais, de gênero, de sexualidade, etc., as instituições escolares também contribuem para a perpetuação das desigualdades intra e extraescolares, incidindo, ainda que silenciosa e sub-repticiamente, na produção de destinos educacionais e ocupacionais desiguais.

Diante de tais questões, a escola, como instituição social responsável por uma parcela importante da educação dos cidadãos, deve se posicionar politicamente contra toda e qualquer forma de discriminação. O reconhecimento e a valorização da cultura negra são elementos importantes nas relações sociais na escola, no sentido de permitir que a comunidade escolar possa perceber a importância das diferenças étnico-raciais na formação e na riqueza cultural da nossa sociedade.

Podem ser diferentes as maneiras de percepção e expressão em relação ao negro em tempos e locais distintos, assim como baseadas nas várias relações que atravessam simultaneamente os sujeitos. Músicas, danças, vestimentas, gírias, acessórios e ídolos identificados com a raça-etnia negra são alguns elementos valorizados nos contextos escolares e, muitas vezes, adquirem importantes significados na cultura estudantil. Embora pareça não existir uma reflexão específica sobre os significados desses elementos na cultura negra, por parte dos estudantes, eles podem manifestar, por meio dela, formas de resistência e expressão de seus valores. Destacamos a importância de identificar e compreender aspectos da cultura estudantil, porque os estudantes manifestam na escola e nas interações com os colegas e professores aprendizados construídos em diferentes espaços e relações.

REFERÊNCIAS

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. **ACESSO DE NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: O QUE MUDOU ENTRE 2000 E 2010**. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400858&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 01 set 2018

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **"Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo"**. In: **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**



CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA. Caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: MEC; Secad, 2005. p. 65-104.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. "A recepção do instituto da ação afirmativa pelo **Direito Constitucional brasileiro**". In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: MEC; Secad, 2005. p. 45-80.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **MECANISMOS EFICIENTES NA PRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR DE JOVENS NEGROS: ESTEREÓTIPOS, SILENCIAMENTO E INVISIBILIZAÇÃO.** Educ. rev, Belo Horizonte , v. 34. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100102&lng=en&nrm=iso. Acesso em 1 set. 2018.

NORÕES, Kátia Cristina. **Movimentos dos negros e educação superior pública. Revista Dialogos: pesquisa em extensão universitária.** IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio sociopolítico. Brasília, v.17, n.1, jun, 2012. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=842f757e-50a5-4152-b8e7-0bed087e0913%40sessionmgr4008> Acesso em 1 set. 2018.

PAIXÃO, Marcelo (Org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010.** Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

SANTOS, Marzo Vargas dos; NETO, Vicente Molina. **Aprendendo a ser negro: a perspectiva dos estudantes.** Cad. Pesqui. vol.41 no.143 São Paulo May/Aug. 2011. Acesso em: 1 set. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000200010&lang=pt

TEIXEIRA, Fabiana; SANTOS, Marcelino Shilton Roque dos; AZEVEDO, Márcio Adriano de. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil Inter-Ação, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 397-412, maio/ago. 2017.** Acesso em 2 set. 2018. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=124214fa-007d-4f60-b13b-a1081b1c077b%40sessionmgr4007>.



VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO, Lauro. **Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação.** In: BONETTI, A.; ABREU, M. A. de. (org.) Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil. Brasília: IPEA, 2011. Acesso em 1 set. 2018. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3092>.

VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO, Lauro. **Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis v. 17, n. 3, p. 909-920, Dec. 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300019&lng=en&nrm=iso. Acesso em 2 set. 2018.